MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Iniciamos o ano de 2018 com a implementação do novo Planejamento Estratégico Sistêmico **2018-2020** que tem ações elaboradas pensando em um futuro sustentável, com foco em atender as necessidades dos cooperados e cumprir o propósito de gerar valor e cidadania em todos os locais onde atuamos.

O Sistema CECRED – do qual a CREDICOMIN faz parte – tornou-se Sistema Ailos. A mudança do nome surgiu da reformulação estratégica de marca, que apresenta agora nova identidade visual e posicionamento de comunicação unificado, facilitando a integração com os cooperados e comunidades onde atuam as 13 Cooperativas Filiadas.

Mantivemos o nosso crescimento histórico, alcançamos a marca de 9 mil cooperados e R\$ 66 milhões em ativos, o que representa um crescimento de 33%. Esses relevantes números revelam a confiança que os cooperados tem nas nossas cooperativas.

Estimulamos durante todo o ano de 2018 a participação no PROGRID – Programa de Integração de Desenvolvimento de Cooperados e Comunidade – com mais 4 mil participações, porque, acreditamos que dessa forma estamos oportunizando uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

Para 2019, continuaremos incentivando a educação, pois, ao levar conhecimento e informação estamos **transformando o mundo.**

E além disso, nossos esforços continuarão focados na expansão dos negócios, com a perspectiva de oferecer aos cooperados produtos e serviços cada vez mais eficazes.

Agradecemos aos cooperados, colaboradores, dirigentes e a Central Ailos, por tudo o que realizamos em 2018. Seguiremos juntos, acreditando que quando as pessoas se unem em cooperação os projetos ganham forma e sonhos se tornam realidade.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Demonstrações Financeiras

Cooperativa de Crédito da Serra Catarinense – CREDICOMIN

31 de dezembro de 2018 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | 1 |
|--|---|
| Demonstrações financeiras auditadas | |
| Balanços patrimoniais | 4 |
| Demonstrações de sobras ou perdas | 6 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | |



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da Cooperativa de Crédito da Serra Catarinense – CREDICOMIN Lages/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Cooperativa de Crédito da Serra Catarinense – CREDICOMIN* ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Cooperativa de Crédito da Serra Catarinense – CREDICOMIN* em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC – 2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha Contador CRC – 1SP214144/O-1

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

| | Nota explicativa | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------|---------------------|------------|------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | 52.509 | 37.515 |
| Disponibilidades | 4 | 492 | 356 |
| Relações interfinanceiras | 5 | 35.431 | 23.882 |
| Operações de crédito | 6 | 15.872 | 12.337 |
| Outros créditos | 7 | 588 | 655 |
| Outros valores e bens | 8 | 126 | 285 |
| Não circulante | _ | 13.718 | 12.169 |
| Realizável a longo prazo | | 10.587 | 9.226 |
| Relações interfinanceiras | 5 | 2.890 | 1.871 |
| Operações de crédito | 6 | 7.697 | 7.355 |
| Permanente | 9 | 3.131 | 2.943 |
| Investimentos | _ | 2.045 | 1.680 |
| Imobilizado de uso | | 1.081 | 1.257 |
| Intangível | | 5 | 6 |
| Total do ativo | _ | 66.227 | 49.684 |

| | Nota explicativa | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------------------|---------------------|------------|------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | 55.064 | 40.912 |
| Depósitos | 10 | 52.798 | 38.868 |
| Relações interdependências | 11 | 12 | 8 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 12 | 311 | 359 |
| Outras obrigações | 13 | 1.943 | 1.677 |
| Não circulante | _ | 129 | 380 |
| Exigível a longo prazo | | 129 | 380 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 12 | 24 | 268 |
| Outras obrigações | 13 | 105 | 112 |
| Patrimônio líquido | 15 | 11.034 | 8.392 |
| Capital social | | 9.920 | 7.715 |
| Reserva de sobras | | 817 | 542 |
| Sobras acumuladas | | 297 | 135 |
| Total do passivo | <u>-</u> | 66.227 | 49.684 |

Demonstrações de sobras ou perdas Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

| | Nota explicativa | 2018 2° SEMESTRE | 2018 EXERCICIO | 2017 EXERCICIO |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas da intermediação financeira | 17 | 5.152 | 9.737 | 8.929 |
| Operações de crédito | | 3.986 | 7.592 | 6.578 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e centralização financeira | | 1.166 | 2.145 | 2.351 |
| Despesas da intermediação financeira | 18 | (2.047) | (3.752) | (4.176) |
| Operações de captação no mercado | | (1.254) | (2.339) | (2.504) |
| Operações de empréstimos e repasses | | (49) | (109) | (148) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (744) | (1.304) | (1.524) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 3.105 | 5.985 | 4.753 |
| Outras receitas / despesas operacionais | | (2.497) | (4.801) | (3.819) |
| Receita de prestação de serviços | 19 | 1.043 | 1.917 | 1.426 |
| Outras receitas operacionais | 20 | 175 | 359 | 321 |
| Despesas de pessoal | 21 | (1.725) | (3.228) | (2.631) |
| Outras despesas administrativas | 22 | (1.621) | (3.153) | (2.428) |
| Outras despesas operacionais | 23 | (369) | (696) | (507) |
| Resultado operacional | | 608 | 1.184 | 934 |
| Resultado não operacional | | 16 | (1) | (43) |
| Resultado antes da tributação sobre lucro e participações | | 624 | 1.183 | 891 |
| The second secon | | | | |
| Destinações | | - | (886) | (756) |
| Juros sobre capital próprio | | - | (589) | (621) |
| Reserva legal - estatutário | | - | (237) | (108) |
| FATES - estatutário | | - | (60) | (27) |
| Sobras líquidas (à disposição da AGO) | | 624 | 297 | 135 |

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

| Eventos | Capital social | Reserva legal | Sobras acumuladas | Total |
|--|-------------------|------------------|----------------------|----------------|
| Saldo do início do período em 01/01/2017 | 6.280 | 290 | 201 | 6.771 |
| Destinações das sobras exercício anterior: | | | | |
| Destinação para reserva legal | - | 144 | (144) | - |
| Destinação para FATES | - | - | (57) | (57) |
| Aumento de capital por: | | | | |
| Integralização de capital | 1.477 | - | - | 1.477 |
| Crédito de juros sobre o capital próprio | 541 | - | - | 541 |
| Baixa de capital | (583) | - | - | (583) |
| Resultado do período | - | - | 891 | 891 |
| Destinação das sobras: | | | | |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | (621) | (621) |
| Destinações para reserva legal | - | 108 | (108) | - |
| Destinação para FATES | | <u> </u> | (27) | (27) |
| Saldo no final do período em 31/12/2017 | 7.715 | 542 | 135 | 8.392 |
| Mutações do período | 1.435 | 252 | (66) | 1.621 |
| Saldo do início do período em 01/01/2018 Destinações das sobras exercício anterior: | 7.715 | 542 | 135 | 8.392 |
| Destinação para reserva legal | - | 38 | (38) | - |
| Destinação para FATES | - | _ | (97) | (97) |
| Aumento de capital por: | | | ` , | , |
| Integralização de capital | 2.461 | - | - | 2.461 |
| Crédito de juros sobre o capital próprio | 617 | - | - | 617 |
| Baixa de capital | (873) | - | - | (873) |
| Resultado do período | - | - | 1.183 | 1.183 |
| Destinação das sobras: | | | | |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | (589) | (589) |
| Destinações para reserva legal | - | 237 | (237) | - |
| Destinação para FATES | - | - | (60) | (60) |
| Saldo no final do período em 31/12/2018 | 9.920 | 817 | 297 | 11.034 |
| Mutações do período | 2.205 | 275 | 162 | 2.642 |
| Saldo do início do período em 01/07/2018 | 9.086 | 580 | 559 | 10.225 |
| Aumento de capital por: | 1.196 | | | 1.196 |
| Integralização de capital | | - | - | |
| Baixa de capital | (362) | - | 624 | (362) |
| Resultado do período | - | - | 624 | 624 |
| Destinação das sobras: | | | (E90) | (590) |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | (589) | (589) |
| Destinações para reserva legal | - | 237 | (237) | /60\ |
| Destinação para FATES Saldo no final do período em 31/12/2018 | 9.920 | <u>-</u> 817 | (60) 297 | (60) 11.034 |
| • | | | | |
| Mutações do período | 834 | 237 | (262) | 809 |

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais

| | 2018 2° SEMESTRE | 2018 EXERCICIO | 2017 EXERCICIO |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado do semestre/exercício | 624 | 1.183 | 891 |
| Ajustes ao resultado do semestre/exercício | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 744 | 1.304 | 1.524 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | (20) | (7) | 5 |
| Provisão para garantias financeiras prestadas | 21 | 25 | 3 |
| Baixa de imobilizado de uso e intangível | - | - | 5 |
| Depreciação e amortização | 136 | 270 | 200 |
| Destinação ao FATES | (60) | (60) | (27) |
| Sobras líquidas ajustadas | 1.445 | 2.715 | 2.601 |
| Variações de ativos e passivos | | | |
| (Aumento) em relações interfinanceiras ativas | (613) | (1.019) | (1.871) |
| (Aumento) em operações de crédito | (1.782) | (5.181) | (4.734) |
| Redução (aumento) em outros créditos | 127 | 67 | (282) |
| Redução (aumento) em outros valores e bens | 42 | 159 | (74) |
| Aumento em depósitos | 5.663 | 13.930 | 11.244 |
| (Redução) aumento em relações interdependências passivas | (18) | 4 | - |
| (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses | (151) | (292) | (257) |
| Aumento em outras obrigações passivas | 551 | 522 | 755 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 5.264 | 10.905 | 7.382 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de investimentos | (365) | (365) | (447) |
| Aquisição de imobilizado de uso e intangível | (12) | (93) | (860) |
| Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento | (377) | (458) | (1.307) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Integralização de capital pelos cooperados | 1.196 | 2.461 | 1.477 |
| Baixa de capital | (213) | (634) | (595) |
| Juros sobre o capital próprio | (589) | (589) | (621) |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | 394 | 1.238 | 261 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 5.281 | 11.685 | 6.336 |
| | | | |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | 30.642 | 24.238 | 17.902 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 4) | 35.923 | 35.923 | 24.238 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito da Serra Catarinense – CREDICOMIN, ("Cooperativa") constituída em 15/01/2008, é uma instituição financeira, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, filiada à Cooperativa Central de Crédito – AILOS, anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED, ("Cooperativa Central" ou "Central AILOS"). Tem sede na cidade de Lages (SC), com área de atuação na Serra Catarinense. Seu objetivo é proporcionar crédito, serviços financeiros e educação cooperativista aos seus cooperados, sendo rigorosamente observados os princípios cooperativistas em todas as suas ações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2019, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional — COSIF, observados os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil — BACEN, e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são registrados mensalmente, de acordo com o regime de competência que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários e relações interfinanceiras – centralização financeira, classificadas como de curto prazo e alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Relações Interfinanceiras - centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da Cooperativa que são transferidas para Central AILOS. Estes recursos possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão atualizadas pelas taxas contratadas até a data do balanço e estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por, no mínimo, cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, obedecendo-se aos critérios estabelecidos pelo BACEN, em especial àqueles definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

f) <u>Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)</u>

São demonstrados pelos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão classificadas as cotas de capital junto a Central AILOS, pelo custo de aquisição, e representam 20% do patrimônio líquido da Cooperativa, sendo o saldo atualizado nos meses de janeiro e julho de cada exercício, após o encerramento do balanço semestral, conforme previsto no artigo 19 do Estatuto Social da Central AILOS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme apresentado a seguir:

- Instalações: a vida útil é definida conforme prazo de locação do imóvel
- Móveis e equipamentos de uso: 10 anos
- Sistema de comunicação: 10 anos
- Sistema de processamento de dados: 5 anos
- Sistema de segurança: 10 anos

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.535/16 do CMN.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo valor de custo e contempla gastos com aquisição de softwares, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a qual varia de 5 a 10 anos e são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.534/16 do CMN.

j) <u>Segregação em circulante e não circulante</u>

Os valores realizáveis e exigíveis, com prazos inferiores a 360 dias, estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquido dos encargos financeiros a incorrer após a data do balanço.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses estão atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Provisões para despesas e encargos trabalhistas

As provisões para despesas e encargos trabalhistas conhecidos e/ou passíveis de apuração são contabilizadas de acordo com a Carta Circular nº 2.294/92, do BACEN.

p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

3. Principais práticas contábeis--Continuação

p) <u>Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</u>--Continuação

As provisões são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

r) Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 17% para o período-base compreendido entre 1º de outubro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na elaboração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Disponibilidades | 492 | 356 |
| Relações interfinanceiras – centralização financeira – c/c Central AILOS | 35.431 | 23.882 |
| Total | 35.923 | 24.238 |

5. Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras estão assim compostas:

| | 31/12 | /2018 | 31/12 | /2017 |
|---|------------|------------|------------|------------|
| | Não | | | Não |
| Composição | Circulante | circulante | Circulante | circulante |
| Centralização financeira – c/c Central AILOS - disponível | 35.431 | _ | 23.882 | _ |
| Centralização financeira – c/c Central AILOS - bloqueada | - | 2.890 | - | 1.871 |
| Total | 35.431 | 2.890 | 23.882 | 1.871 |

Os recursos da centralização financeira da Cooperativa mantidos na Central AILOS, foram remunerados, na média, pela taxa de juros de 100,08% do CDI no ano de 2018.

Os valores da centralização financeira bloqueados referem-se a garantias concedidas para viabilizar produtos e serviços aos cooperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

6. Operações de crédito

A carteira de crédito está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

| | 31/12/2 | 2018 | 31/12/2017 | | |
|--|---|------------|----------------|-------------------|--|
| Composição | Circulante N Composição Circulante circu | | | Não circulante | |
| Adiantamento a depositantes | 196 | - | 302 | - | |
| Empréstimos Direitos creditórios descontados | 10.438 3.562 | 5.485 - | 6.757 3.925 | 4.328 | |
| Financiamentos | 2.875 | 2.916 | 2.351 | 3.689 | |
| Total | 17.071 | 8.401 | 13.335 | 8.017 | |
| Provisão para operações de crédito | (1.199) | (704) | (998) | (662) | |
| Saldo líquido | 15.872 | 7.697 | 12.337 | 7.355 | |

b) <u>Composição da carteira de crédito segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento:</u>

| | | 31/12/2018 | | | | | | 31/12/2017 |
|-----------------|---|-----------------|-------------------------------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------|------------------------------|------------------------------|
| | | Créditos | Créditos vencidos Créditos a vencer | | | | | |
| Tipo de | Setor | Até 15 | Acima de | Até 90 | De 91 à | Acima de | | |
| pessoa | econômico | dias | 15 dias | dias | 360 dias | 360 dias | Total | Total |
| Pessoa física | Outros | 25 | 169 | 1.935 | 2.978 | 2.907 | 8.014 | 6.945 |
| Pessoa jurídica | Agropecuária Comércio Indústria Serviços | 152 15 29 | 131 92 83 | 3.124 646 1.694 | 1 3.280 420 2.297 | 2.840 289 2.365 | 1 9.527 1.462 6.468 | 6 7.941 1.586 4.874 |
| Total | | 221 | 475 | 7.399 | 8.976 | 8.401 | 25.472 | 21.352 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

6. Operações de crédito--Continuação

c) Composição da carteira de crédito por níveis de risco:

| | | Carteira | | | | Prov | risão | | | |
|----------|----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--|
| | | 31/12 | /2018 | 31/12 | /2017 | 31/12 | /2018 | 31/12 | 2/2017 | |
| Nível de | % | | Não | | Não | | Não | | Não | |
| risco | Provisão | Circulante | |
| | | | | | | | | | | |
| Α | 0,5 | 9.603 | 4.790 | 6.717 | 4.637 | (48) | (24) | (33) | (23) | |
| В | 1 | 4.038 | 1.738 | 3.053 | 1.573 | (40) | (17) | (31) | (16) | |
| С | 3 | 1.338 | 673 | 1.446 | 472 | (40) | (20) | (43) | (14) | |
| D | 10 | 743 | 314 | 856 | 502 | (74) | (31) | (86) | (50) | |
| E | 30 | 200 | 126 | 458 | 213 | (60) | (38) | (137) | (64) | |
| F | 50 | 309 | 265 | 164 | 75 | (155) | (133) | (82) | (38) | |
| G | 70 | 193 | 180 | 185 | 292 | (135) | (126) | (130) | (204) | |
| Н | 100 | 647 | 315 | 456 | 253 | (647) | (315) | (456) | (253) | |
| То | tal | 17.071 | 8.401 | 13.335 | 8.017 | (1.199) | (704) | (998) | (662) | |

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito:

| | 31/12/2018 | % | 31/12/2017 | % |
|-------------------------|------------|---------|------------|---------|
| 10 maiores devedores | 2.869 | 11,26% | 3.487 | 16,33% |
| 50 devedores seguintes | 5.853 | 22,98% | 5.605 | 26,25% |
| 100 devedores seguintes | 5.188 | 20,37% | 4.654 | 21,80% |
| Demais | 11.562 | 45,39% | 7.606 | 35,62% |
| Total | 25.472 | 100,00% | 21.352 | 100,00% |

e) Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------------|------------|------------|
| Saldo no início do exercício | (1.660) | (1.178) |
| Constituição de provisão | (1.155) | (1.457) |
| Baixas para prejuízo | 912 | 975 |
| Saldo no final do exercício | (1.903) | (1.660) |

No exercício de 2018, as recuperações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, totalizaram R\$ 217 (no exercício de 2017, totalizaram R\$ 133).

No exercício de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 1.097 (no exercício de 2017, totalizaram R\$ 569).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

7. Outros créditos

Os valores classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

a) Composição:

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| | | |
| Avais e fianças honrados | 103 | 74 |
| Serviços prestados a receber | 302 | 235 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 51 | 47 |
| Adiantamentos para pagamentos nossa conta | 4 | - |
| Pagamentos a ressarcir | 7 | - |
| Compensação e convênios a receber | 92 | 4 |
| Numerários repassados para a Central Ailos | 89 | 296 |
| Outros devedores | 18 | 41 |
| Provisão para outros créditos | (78) | (42) |
| Total | 588 | 655 |

A provisão para outros créditos é composta por valores que se destinam a amparar eventuais perdas com outros devedores e perdas com liquidação duvidosa com avais e fianças honrados.

b) Movimentação da provisão para outros créditos:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| | () | |
| Saldo no início do exercício | (42) | - |
| Constituição de provisão de avais e fianças honrados | (149) | (42) |
| Baixas para prejuízo de avais e fianças honrados | 113 | - |
| Saldo no final do exercício | (78) | (42) |

8. Outros valores e bens

Os valores classificados no grupo de outros valores e bens estão assim compostos:

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| | | |
| Despesas antecipadas | 8 | 5 |
| Bens não de uso próprio – imóveis | 75 | 120 |
| Bens não de uso próprio – veículos e afins | - | 160 |
| Bens não de uso próprio – bens em regime especial | 43 | - |
| Total | 126 | 285 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

9. Permanente

a) <u>Investimentos</u>

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Participação no capital da Central AILOS | 2.045 | 1.680 |
| Total | 2.045 | 1.680 |

A participação no capital da Central AILOS é representada por cotas partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo as seguintes informações adicionais:

| Participação no capital da Cooperativa Central de Crédito – AILOS | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| | | |
| Valor do investimento | 2.045 | 1.680 |
| Percentual de participação | 0,66% | 0,67% |
| Capital social da Central AILOS | 308.201 | 250.068 |
| Patrimônio líquido da Central AILOS | 308.201 | 250.068 |
| Sobras líquidas do exercício da Central AILOS | - | - |

b) Imobilizado de uso e intangível

| Composição | Saldo 31/12/2017 | Aquisições | Baixas | Transferências | Depreciação / amortização | Saldo 31/12/2018 |
|--|---------------------|------------|--------|----------------|------------------------------|---------------------|
| Imobilizado de uso | 1.257 | 93 | - | - | (269) | 1.081 |
| Imobilizações em curso - benfeitorias em propriedade de terceiros | 84 | 15 | - | (95) | - | 4 |
| Benfeitorias / instalações em propriedade de terceiros | 320 | - | - | 95 | (113) | 302 |
| Móveis e equipamentos de uso | 382 | 8 | - | - | (50) | 340 |
| Sistema de comunicação | 11 | 3 | - | - | (2) | 12 |
| Sistema de processamento de dados | 302 | 67 | - | - | (84) | 285 |
| Sistema de segurança | 158 | - | - | - | (20) | 138 |
| Intangível - software de uso | 6 | - | - | - | (1) | 5_ |
| Total | 1.263 | 93 | - | - | (270) | 1.086 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

9. Permanente--Continuação

b) <u>Imobilizado de uso e intangível</u>--Continuação

| Composição | Saldo 31/12/2016 | Aquisições | Baixas | Transferências | Depreciação / amortização | Saldo 31/12/2017 |
|---|---------------------|------------|--------|----------------|------------------------------|---------------------|
| Imobilizado de uso | 602 | 858 | (5) | - | (198) | 1.257 |
| Móveis e equipamentos para utilização futura | - | 32 | - | (32) | - | - |
| Imobilizações em curso - benfeitorias em propriedade de terceiros | - | 210 | - | (126) | - | 84 |
| Benfeitorias / instalações em propriedade de terceiros | 167 | 110 | - | 126 | (83) | 320 |
| Móveis e equipamentos de uso | 213 | 215 | (5) | (2) | (39) | 382 |
| Sistema de comunicação | 7 | 5 | - | - | `(1) | 11 |
| Sistema de processamento de dados | 134 | 195 | _ | 34 | (61) | 302 |
| Sistema de segurança | 81 | 91 | - | - | (14) | 158 |
| Intangível - software de uso | 6 | 2 | - | - | (2) | 6 |
| Total | 608 | 860 | (5) | - | (200) | 1.263 |

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetuou análise de recuperabilidade dos seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não identificou a necessidade de constituição de provisões para perda sobre o valor recuperável de tais ativos.

10. Depósitos

Este grupo é composto por depósitos dos cooperados na modalidade de depósitos à vista e a prazo.

Os depósitos a prazo, em função de sua liquidez imediata sem ônus, foram classificados como circulante.

Abaixo, o total dos depósitos por faixa de vencimento e por tipo de depósito:

| Faixa de vencimento | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------|------------|------------|
| | | |
| Sem vencimento | 12.800 | 7.769 |
| Até 3 meses | 109 | 10 |
| De 3 a 12 meses | 92 | 19 |
| Acima de 12 meses | 39.797 | 31.070 |
| Total | 52.798 | 38.868 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

10. Depósitos--Continuação

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------|------------|------------|
| | | |
| Depósitos à vista | 12.800 | 7.769 |
| Depósitos a prazo | 39.998 | 31.099 |
| Total | 52.798 | 38.868 |

11. Relações interdependências

Compreendem os valores a serem repassados referentes aos serviços de correspondente bancário e demais convênios com instituições financeiras.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados no quadro abaixo:

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|----------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | | Não | | |
| Instituição | Circulante | circulante | Circulante | circulante |
| | | | | |
| Central AILOS – CCB Mais Crédito | 311 | 24 | 359 | 268 |
| Total | 311 | 24 | 359 | 268 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

13. Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no passivo do grupo de outras obrigações, estão assim compostas:

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| Circulante | 1.943 | 1.677 |
| Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES | 148 | 77 |
| Associados excluídos com capital a pagar | 176 | 91 |
| , , , | 589 | 621 |
| Juros ao capital a pagar | 115 | 127 |
| Impostos e contribuições a recolher | | |
| Cheque administrativo | 125 | 128 |
| Despesas com pessoal | 239 | 187 |
| Outros pagamentos | 22 | 14 |
| Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 25) | 43 | 18 |
| Valores cartão AILOS de cooperados a repassar | 167 | 14 |
| Centralização numerários a repassar | - | 160 |
| Fornecedores | 53 | 50 |
| Valores a pagar para a Central AILOS | 165 | 130 |
| Credores diversos | 101 | 60 |
| Não circulante | 105 | 112 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 14) | 105 | 112 |
| Total | 2.048 | 1.789 |

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Cooperativa é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e de riscos tributários para os quais é provável que uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados nos quadros a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

| | Probabilidade | Valor provisi | onado |
|------------------------------|---------------|---------------|------------|
| Natureza | de perda | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Chal | Descrival | - | 0 |
| Cível | Provável | 5 | 9 |
| Tributária | Provável | 100 | 103 |
| Total | | 105 | 112 |
| | | | |
| Movimentaçã | 0 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Saldo no início do exercício | | 112 | 107 |
| Reversão de provisão | | (50) | (27) |
| Constituição de provisão | | 43 | 32 |
| Saldo no final do exercício | _ | 105 | 112 |

Em 31 de dezembro de 2018 (e em 31 de dezembro de 2017), não houveram ações judiciais diagnosticadas como possível perda.

A provisão para risco de natureza tributária é realizada sobre algumas receitas provenientes de serviços ou negócios realizados entre a Cooperativa e seus cooperados em que não há pacificação jurisprudencial relativo ao ato cooperativo.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário, equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes, e está assim composto:

| 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------|--------------------------------|
| 7.715 | 6.280 |
| 2.461 | 1.477 |
| 617 | 541 |
| (873) | (583) |
| 9.920 | 7.715 |
| | 7.715 2.461 617 (873) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de sobras

A reserva legal é constituída à razão de 40% das sobras apuradas no final do exercício e são destinadas a reparar perdas e atender ao desenvolvimento da Cooperativa. A reserva de sobras está assim composta:

| Movimentação - reserva legal | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------------|------------|------------|
| | | |
| Saldo no início do exercício | 542 | 290 |
| Destinações | 275 | 252 |
| Saldo no final do exercício | 817 | 542 |

c) Juros ao capital

O montante de juros ao capital representa os juros remuneratórios sobre o saldo médio do capital integralizado pelos cooperados no exercício findo. A Cooperativa, observando o limite da taxa SELIC, remunerou o capital pela taxa anual de 6,4%, totalizando o montante de R\$ 589, conforme definição na ata 173 do Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2018.

| <u>Cálculo</u> | Valor |
|--|-----------------------|
| Saldo médio de capital: % de juros ao capital (máximo SELIC): Juros ao capital creditado aos cooperados: | 9.195 6,40% 589 |
| IRRF sobre os juros ao capital | (3) |
| Saldo líquido de juros ao capital | 586 |

d) Sobras acumuladas

As sobras distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da AGO, estão assim compostas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Sobras acumuladas--Continuação

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------|------------|------------|
| | 405 | 004 |
| Saldo no início do exercício | 135 | 201 |
| Destinações das sobras | (135) | (201) |
| Resultado do período | 1.183 | 891 |
| Juros sobre o capital próprio | (589) | (621) |
| Destinações para reserva legal | (237) | (108) |
| Destinação para FATES | (60) | (27) |
| Saldo à disposição da AGO | 297 | 135 |

16. Partes relacionadas

a) Instituições relacionadas

A Cooperativa possui operações com a Central AILOS conforme apresentação abaixo:

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|---------------|---------------|
| Ativo | | |
| Relações interfinanceiras – centralização financeira (Nota 5) | 38.321 | 25.753 |
| Serviços Compe/Central AILOS Investimentos (Nota 9) | 198 2.045 | 153 1.680 |
| Passivo | | |
| Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12) | 335 | 627 |
| Outras obrigações (Nota 13) | 165 | 130 |
| Receitas | | |
| Resultado dos títulos e valores mobiliários e centralização financeira (Nota 17) | 2.145 | 2.351 |
| Despesas | | |
| Despesas de obrigações por empréstimos Outros dispêndios e despesas administrativas | (31) (919) | (79) (645) |
| Outros disperidios e despesas administrativas | (313) | (043) |

b) Pessoas-chave da administração

As Pessoas-Chave da Administração da Cooperativa abrangem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, os quais têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Instituição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

16. Partes relacionadas--Continuação

b) <u>Pessoas-chave da administração</u>--Continuação

As transações com as Pessoas-Chave da Administração, divulgadas abaixo, referem-se aos saldos de depósitos (à vista e a prazo) e às operações de crédito mantidas por elas na Cooperativa, as quais foram realizadas dentro do contexto normal de suas atividades, observando as mesmas condições estabelecidas para os demais cooperados.

Ainda em cumprimento do pronunciamento técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, bem como da Política de Governança do Sistema AlLOS, também estão divulgados abaixo os valores referentes aos honorários, à cédula de presença e às gratificações realizadas concedidas às Pessoas-Chave da Administração da Cooperativa na competência do exercício findo.

| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | | |
|--|------------------------------|--------------------|------------------------|------------------------------|--------------------|------------------------|--|
| Natureza | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Executiva | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Executiva | |
| Número de membros | 5 | 6 | 3 | 5 | 6 | 2 | |
| Honorários, cédula de presença e gratificações | 214 | 39 | 300 | 206 | 33 | 206 | |
| Operações de crédito | 219 | 58 | - | 168 | 26 | 32 | |
| Depósitos | 3.907 | 112 | 190 | 1.384 | 370 | 35 | |

17. Receitas da intermediação financeira

| Composição | 2018 2° SEMESTRE | 2018 EXERCICIO | 2017 EXERCICIO |
|---|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Operações de crédito | 3.986 | 7.592 | 6.578 |
| , , | 3.829 | 7.308 | 6.441 |
| Rendas de operações de crédito | 3.62 9 102 | 7.306 217 | 133 |
| Recuperação de crédito baixados como prejuízo Rendas de crédito por avais e fianças honrados | 55 | 67 | 4 |
| Resultado de operações com títulos e valores | | | |
| mobiliários e centralização financeira | 1.166 | 2.145 | 2.351 |
| Ingressos de depósitos intercooperativos | 1.166 | 2.145 | 1.250 |
| Rendas de títulos e valores mobiliários | - | - | 1.101 |
| Total | 5.152 | 9.737 | 8.929 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

18. Despesas da intermediação financeira

| 0 | 2018 | 2018 | 2017 |
|---|-------------|-----------|-----------|
| Composição | 2º SEMESTRE | EXERCICIO | EXERCICIO |
| Operações de captação no mercado | (1.254) | (2.339) | (2.504) |
| Despesas de captação | (1.254) | (2.339) | (2.504) |
| Operações de empréstimos e repasses | (49) | (109) | (148) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (744) | (1.304) | (1.524) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (744) | (1.304) | (1.531) |
| Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 7 |
| Total | (2.047) | (3.752) | (4.176) |

19. Receita de prestação de serviços

| Composição | 2018 2° SEMESTRE | 2018 EXERCICIO | 2017 EXERCICIO |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|
| Pandas da cabranas | 302 | 582 | 473 |
| Rendas de cobrança Rendas de serviços prioritários | 125 | 237 | 473 199 |
| • • | 6 | 16 | |
| Rendas de serviços diferenciados | _ | | 15 |
| Rendas de tarifas bancárias | 261 | 459 | 322 |
| Rendas de seguros | 9 | 19 | 13 |
| Rendas de consórcios | 13 | 25 | 17 |
| Rendas de cartões | 204 | 349 | 225 |
| Rendas de tarifas de arrecadações de convênios AILOS | 9 | 17 | 13 |
| Rendas de tarifas diretas | 57 | 112 | 80 |
| Rendas de outros serviços | 57 | 101 | 69 |
| Total | 1.043 | 1.917 | 1.426 |

Rendas de serviços prioritários são compostas por tarifas de cobrança de serviços prestados a pessoas físicas, tais como confecção de cadastro, conta de depósito (cartão, cheque, saque, depósito e consulta), transferência de recursos (DOC e TED) e operações de crédito, conforme Resolução nº 3.919/10 do CMN.

Rendas de tarifas bancárias são compostas por tarifas de cobrança de serviços prestados a pessoas jurídicas, prevista em contrato ou o serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cooperado, conforme Resolução nº 3.919/10 do CMN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

20. Outras receitas operacionais

| Composição | 2018 2° SEMESTRE | 2018 EXERCICIO | 2017 EXERCICIO |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|
| Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamentos | _ | _ | 1 |
| Recuperação de encargos e despesas | 6 | 32 | 27 |
| Recuperação de despesas REFAP do Sistema AILOS | 123 | 265 | 250 |
| Reversão de provisões operacionais | 42 | 55 | 35 |
| Outras rendas operacionais | 4 | 7 | 8 |
| Total | 175 | 359 | 321 |

21. Despesas de pessoal

| Composição | 2018 2° SEMESTRE | 2018 EXERCICIO | 2017 EXERCICIO |
|---|---------------------|-------------------|----------------------|
| Despesas de honorários | (249) | (475) | (378) |
| Benefícios | (351) | (651) | (505) |
| Encargos sociais | (321) | (601) | (476) |
| Proventos | (693) | (1.329) | (1.094) |
| Treinamentos | (58) | (113) | ` (89 [°]) |
| PPR - Programa de Participação nos Resultados | (46) | (46) | (78) |
| Contribuição ao PIS/PASEP | (7) | (13) | (11) |
| Total | (1.725) | (3.228) | (2.631) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

22. Outras despesas administrativas

| Composição | 2018 2° SEMESTRE | 2018 EXERCICIO | 2017 EXERCICIO |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|
| | | | |
| Despesas de água, energia e gás | (28) | (57) | (45) |
| Despesas de aluguéis | (166) | (329) | (287) |
| Despesas de comunicações | (73) | (141) | (107) |
| Despesas de manutenção e conservação de bens | (42) | (76) | (55) |
| Despesas de material | (23) | (50) | (62) |
| Despesas de processamento de dados | (254) | (441) | (323) |
| Despesas de promoções e relações públicas | (23) | (105) | (53) |
| Despesas de propaganda e publicidade | (56) | (103) | (76) |
| Despesas de seguros | (3) | (6) | (5) |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | (46) | (74) | (108) |
| Despesas de serviços de terceiros | (155) | (345) | (298) |
| Despesas de serviços de vigilância e segurança | (147) | (291) | (179) |
| Despesas de serviço técnico especializado | (80) | (159) | (130) |
| Despesas tributárias | (24) | (44) | `(33) |
| Despesas de viagem no país | (15) | (32) | (36) |
| Despesas administrativas Central AILOS | (306) | (5 1 9) | (325) |
| Despesas com recuperação de crédito | `(13) | `(52) | `(52) |
| Outras despesas administrativas | (31) | (59) | (54) |
| Despesas de amortização | `(1) | `(1) | (2) |
| Despesas de depreciação | (135) | (269) | (198) |
| Total | (1.621) | (3.153) | (2.428) |

23. Outras despesas operacionais

| Composição | 2018 | 2018 | 2017 |
|--|---------------|-----------|-----------|
| | 2º SEMESTRE | EXERCICIO | EXERCICIO |
| Despesas com operações de crédito concedidas | <u>-</u> | (3) | (26) |
| Despesas com REFAP do Sistema AILOS | (9) | (17) | (18) |
| Despesas com cartão AILOS | (130) | (228) | (124) |
| Despesas com processamento compe | `(78) | (156) | (144) |
| Despesas com serviços de proteção ao crédito | (92) | (191) | (123) |
| Despesas com seguro prestamista | (7) | (14) | (13) |
| Despesas com registro de gravames | (11) | (28) | (23) |
| Despesas de provisões passivas | (25) | (32) | (18) |
| Outras despesas operacionais | (17) | (27) | (18) |
| Total | (369) | (696) | (507) |

Despesas de provisões passivas são compostas por provisões constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e para garantias financeiras prestadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

24. Seguros

A Cooperativa mantém contratos de seguro patrimonial, seguro prestamista, seguro de responsabilidade civil, bem como participa da Reserva de Risco de Valores do Sistema AlLOS (RRV e RRVTA AlLOS) e também da Reserva para Riscos de Fraudes Eletrônicas do Sistema AlLOS (RRF AlLOS), os quais são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros com perdas de valores da Cooperativa, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações de acordo com a Resolução nº 4.512/16 do CMN estão assim compostas:

a) Registro:

| 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------|------------------------------------|
| | |
| 100 | 100 |
| 100 | 100 |
| 8.820 | 4.738 |
| 8.809 | 4.727 |
| 11 | 11 |
| 8.920 | 4.838 |
| | 100 100 8.820 8.809 11 |

b) <u>Provisão</u>:

| Composição | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------|------------|
| Outras garantias financeiras prestadas Cartão Bancoob | 43 43 | 18 18 |
| Provisão para garantias financeiras prestadas | 43 | 18 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

26. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop, desde março de 2014. O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I a Resolução CMN nº 4.284/13, e tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

27. Reserva de Fomento para Projetos Estratégicos do Sistema AILOS - REFAP

A Cooperativa é parte integrante da REFAP AILOS – Reserva de Fomento para Projetos Estratégicos do Sistema AILOS. A sua formação advém de contribuições mensais e extraordinárias das cooperativas filiadas à Central AILOS e tem por objetivo a constituição e manutenção de uma reserva financeira, com a finalidade de viabilizar a constituição ou filiação de nova cooperativa, a expansão de cooperativas filiadas, a abertura de novos Postos de Atendimento ou ainda levar a termo outros projetos estratégicos de interesse do Sistema AILOS e, em caráter excepcional, viabilizar a recuperação de cooperativa filiada.

A Cooperativa utilizou o valor total de R\$ 265 (R\$ 250 em 2017) da REFAP para abertura de novos Postos de Atendimento, sendo registrado como receita operacional, no grupo "Outras receitas operacionais" (Nota 20).

28. Gerenciamento de riscos

O Sistema AILOS considera o gerenciamento de riscos estratégico e fundamental para a condução das atividades e negócios. A Cooperativa conta com uma estrutura de gestão de riscos adequada ao seu tamanho e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, em consonância com as Resoluções CMN nº 4.606/17, 4.557/17 e 4.595/17. Entre os principais riscos inerentes ao negócio da Cooperativa destacam-se:

Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional envolve um fluxo contínuo, visando identificar, avaliar, controlar, monitorar e reportar os riscos associados ao Sistema AILOS, com a finalidade de salvaguardar o Sistema AILOS e seus cooperados, otimizando a relação risco versus retorno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

28. Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária

O gerenciamento do risco de mercado avalia a volatilidade nos valores de mercado dos instrumentos financeiros aplicados na centralização financeira, objetivando a otimização da relação entre risco e retorno valendo-se de estrutura com limites, modelos e ferramentas de gestão de acordo com as políticas estabelecidas pelo Sistema AILOS.

Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez avalia a capacidade em honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar as operações diárias.

Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito monitora a qualidade da carteira de crédito do Sistema Ailos, de acordo com as políticas e limites estabelecidos, em aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Para o cumprimento das ações relacionadas ao gerenciamento de risco de crédito, são observados os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, tais como concentração, garantias e prazos, visando assegurar a qualidade da carteira.

Risco socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental avalia o risco decorrente de danos ambientais causados pela Cooperativa no desenvolvimento de suas atividades, ou por ações de tomadores de crédito, fornecedores e/ou seus prestadores de serviços, com práticas que prezem pelo equilíbrio nas dimensões econômica, social e ambientalmente.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do Sistema AILOS tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes para manter a estrutura de gerenciamento capital compatível com a dimensão e exposição a riscos do Sistema AILOS, assim como manter níveis adequados dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal da Central AILOS e das Cooperativas Filiadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 Em milhares de reais

28. Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de conformidade

O gerenciamento do risco de conformidade, ocorre de forma integrada com os demais riscos, visando identificar, mensurar e monitorar eventuais não conformidades, em aderência às determinações legais, regulamentares, normativas e procedimentais, tanto externas quanto internas, além de disseminar a cultura e a prática de conformidade.

Informações adicionais

O relatório completo com a estrutura de gerenciamento de riscos do Sistema AILOS está disponível no site da Cooperativa Central, no caminho "Conheça-nos / Central AILOS / Transparência / Gerenciamento de Riscos" e no site da Cooperativa Filiada, no caminho "Sua Cooperativa / Governança Cooperativa / Gerenciamento de Riscos".

29. Prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

Em consonância com a legislação vigente, o Sistema AILOS estabelece critérios de análise e sistemas automatizados que indicam a suspeita de lavagem de dinheiro e também busca alinharse continuamente às melhores práticas para a prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos nos sistemas de controle de operações e contínua capacitação de seus colaboradores.

Nilton Rogério Alves Presidente do Conselho de Administração Marlian Zenilda Catarina Diretora Executiva

Gislaine de Fátima Moreira Diretora Administrativa Cooperativa Central de Crédito - AILOS Marcos Roberto Linhares Imme Contador Responsável

CRC SC: 025638/O-8 CPF: 028.326.629-51

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Crédito da Serra Catarinense - CREDICOMIN**, cumprindo o que determina o Estatuto Social e a legislação vigente, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2018, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Sobras, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Nos referidos exames, levou-se em consideração as análises realizadas nos livros, documentos, atos e no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, bem como os critérios e procedimentos contábeis, tudo em consonância com a legislação vigente.

O Conselho Fiscal conclui que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Cooperativa, pelo que é de parecer favorável que a Assembleia Geral convocada para tal fim aprove os aludidos documentos.

Lages, 21 de fevereiro de 2019.

MEMBROS DO CONSELHO

ADENILSON GUEDES DE ALMEIDA Conselheiro Efetivo CHARLES JOSÉ POSTALI Conselheiro Suplente

JHONATHAN ROBERTO DA SILVA Conselheiro Efetivo MARILÚ APARECIDA GERBER DE ANDRADE DEL CASTANHEL Conselheiro Suplente

JOÃO GOMES Conselheiro Efetivo

CLAUDIO ROBERTO ESTEVES DE CARVALHO Conselheiro Suplente